

# DISCLOSURE DO SOCIAL DO ESG: ANÁLISE DE EMPRESAS DO GPTW B3 DO ANO DE 2024

## 1 INTRODUÇÃO

O ESG (*Environmental, Social and Governance*) se tornou conhecido com a divulgação do Pacto Global da ONU (Organização das Nações Unidas) nos anos 2000, o olhar dos usuários está sendo voltado para as divulgações de Relato Integrado (RI) e aspectos que as entidades apresentam. Silva (2023) afirma sobre a necessidade de uma padronização de quesitos a serem apresentados pelas empresas no âmbito da ESG. Parte desse problema tem sido sanada com a implementação do IFRS S1 e IFRS S2 em 2024, que contemplou divulgações relacionadas ao clima e à sustentabilidade (ISSB, 2023).

Entretanto, parte da divulgação ESG continua subjetiva, especialmente sobre o Relato Integrado e a sua ligação com o Social do ESG. Ao olhar para a dimensão do ‘S’ foi evidenciado por Vânia Borgeth em entrevista concedida a Hess e Brandão (2024) abordando uma visão humanizada, que explica que sem o eixo Social não há sustentabilidade. Baseando-se no fato que pessoas possuem peculiaridades e os negócios são construídos por pessoas, as empresas devem dar o suporte e ter a percepção adequada para com os seus colaboradores.

O objetivo principal desse trabalho é avaliar de que forma se encontra a evidenciação do *Social Disclosure* das empresas que compõem o índice GPTW B3. Por se tratar de um tema recente ainda são poucos e incipientes os estudos a respeito do assunto, o que é corroborado por Assunção, Almeida e Porto (2024) que também afirmam sobre a necessidade de mais pesquisas e aprofundamento.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 ESG

Em 2004, uma iniciativa entre a Organização das Nações Unidas (ONU) e instituições financeiras ligadas ao Banco Mundial, nomeada como *UN Global Compact* gerou o relatório *Who Cares Wins* (Ganha Quem se Importa, em português) sobre como integrar fatores sociais, ambientais e de governança no mercado de capitais (PACTO GLOBAL, 2025). Desta forma, o termo ESG foi cunhado e ganhou notoriedade global, com as empresas e a sociedade em geral promovendo o tema e a sua abrangência. Agora, sendo considerado um fenômeno organizacional, que além dos atores empresariais também foi institucionalizado nas práticas de gestão, difundindo também a governança corporativa (CALDERAN *et al.*, 2021).

### 2.2 Relato Integrado

Em 2009, o Relato Integrado foi criado com o objetivo de um novo modelo de relato que incluísse informação de uma organização que fosse universalmente aceito. Foi um projeto conjunto entre o FASB (*Financial Accounting Standards Board*), IASB (*International Accounting Standards Board*) e a ONU convocados pelo *Global Reporting Initiative* (GRI) e a *Accounting for Sustainability* (A4S). No ano de 2010, foi criado o *International Integrated Reporting Council* (IIRC), entidade responsável por preparar as bases para a elaboração do RI.

Outra organização importante é o *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB), fundado em 2011, cujo objetivo é desenvolver normas e padrões de contabilidade da sustentabilidade. No ano seguinte, no Brasil, foi criada a Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado (CBARI), sendo que no mesmo ano a B3 lançou a Campanha Relate ou Explique, a fim de coletar informações sobre as empresas que publicam informações de sustentabilidade e o porquê das que não o fazem.

O projeto Relato Integrado começou com a adoção voluntária pelas empresas, contudo tornou-se obrigatório na Dinamarca e na África do Sul e em alguns setores. No Brasil, em 2020, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) tornou obrigatório para as companhias abertas a divulgação do Relato Integrado em sua totalidade, seguindo a orientação OCPC 09 - Relato Integrado, e ser objeto de asseguarção limitada por auditor independente registrado na CVM.

Uma revisão do *Framework* do RI foi publicada no ano de 2021, mesmo ano em que o IIRC e o SASB se fundiram na *Value Reporting Foundation* (VRF). Posteriormente, em 2022, a VRF se uniu a *IFRS Foundation*, responsável por emitir as normas dos relatos corporativos, a qual possui duas divisões: o IASB que é responsável pelas normas contábeis e o ISSB responsável pelas normas da apresentação das informações ESG.

No mesmo ano, por meio da resolução CFC 1670/2022, o Conselho Federal de Contabilidade criou o Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), com vistas a estudar, preparar, emitir documentos técnicos sobre padrões de divulgação de Sustentabilidade e outros assuntos dessa natureza, considerando os padrões internacionais ditados pelo ISSB. Em 2023, com a divulgação das normas IFRS S1 e IFRS S2, pelo ISSB, que estabelecem como as empresas devem divulgar as questões climáticas e de sustentabilidade.

### 2.3 Estudos Anteriores

Tessmann (2012) analisou de forma comparativa em empresas brasileiras e espanholas o *disclosure* social por meio da análise de conteúdo. O estudo concluiu que as subcategorias com maior número de sentenças divulgadas se referem à capacitação e desenvolvimento profissional; educação, saúde e saneamento; impactos e políticas ambientais e, em contrapartida, a categoria ética apresenta número pequeno de sentenças nos relatórios, além de empresas que não mencionam nenhuma característica de caráter social.

Mapurung, Correia-Lima e Holanda (2014) realizaram uma pesquisa em que examinava a existência de práticas de *disclosure* social nas empresas que compunham o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) em 2010/2011 sob o enfoque do isomorfismo. Foi adotada a métrica proposta por Vieira (2006), concluindo que as menores empresas seguem as maiores empresas quanto à divulgação de informações sociais.

Refinetti (2021) fez uma análise dos relatórios GRI divulgados por empresas do setor financeiro brasileiro, buscando comparar a aderência das instituições às normas GRI e a qualidade desses relatórios. Ele se utilizou da análise de conteúdo e concluiu que no período analisado, 2017-2019, a qualidade dos relatórios é baixa e que eles não tiveram muita evolução. Contudo, os grandes bancos possuem melhor qualidade e aderência aos padrões, normas e diretrizes se sobressaindo às demais instituições financeiras.

Reis e Moraes (2021) realizaram um estudo cujo objetivo era a compreensão de como o isomorfismo institucional se manifestava nos âmbitos mimético, normativo e/ou coercitivo sobre o Relato Integrado. Foi utilizada a metodologia qualitativa de análise documental, com os elementos dos RIs analisados sendo inventariados e classificados. O principal resultado foi a percepção de que há uma maior preocupação com a legitimidade social do que com a qualidade das informações fornecidas e o grau de desenvolvimento em que as entidades se encontram, além da identificação de que embora o RI seja para explorar o lado social e sustentável da organização, ele apresenta um forte viés econômico.

Ferreira (2023) realizou um estudo em que objetivou analisar as informações de sustentabilidade e não financeiras listadas no índice de sustentabilidade da B3. Foi realizada uma pesquisa exploratória, descritiva, documental, na qual cada capital foi analisado em conjunto e separadamente. Foi visto que o Capital Social e de Relacionamento precisa de mais atenção e, que o *disclosure* voluntário ganhou mais adesão com o passar do tempo.

### 3 METODOLOGIA

Com vista a análise dos aspectos sociais divulgados pelas entidades, o presente estudo visou utilizar como população as empresas participantes do Índice GPTW B3, limitando-se nas organizações que divulgam o Relato Integrado e, em sua falta, o Relatório Anual ou o Relatório de Sustentabilidade referente ao ano de 2024. Foi considerada a amostra de empresas que compunham a carteira GPTW B3 no primeiro quadrimestre de 2025, disponibilizada no website da B3. Inicialmente eram 54 empresas, contudo, 18 empresas não realizaram a publicação do referido relatório até o final da análise, resultando em 36 empresas.

Foi utilizada a técnica de análise de conteúdo que consiste em três etapas (BARDIN, 2016): Pré-análise: Nesta fase foi realizada a seleção dos documentos e a formulação do quadro de codificação/categorização (BARDIN, 2016). Visando o aspecto Social foram selecionados para exame o Capital Humano e o Capital Social e de Relacionamento seguindo Ferreira (2023) e Santos e Miranda (2021), nos quais constam os elementos teóricos e os termos de busca a serem utilizados; Codificação/Categorização: Nesse passo, será combinado ao exame do quadro a classificação utilizada por Nossa (2002) para a análise das sentenças por tipo de *disclosure* (Nenhuma; Declarativa; Quantitativa não-monetária; Quantitativa monetária; Quantitativa monetária e não-monetária); Tratamento dos Resultados e Interpretação.

### 4 RESULTADOS

Foi observado que, em relação aos capitais humano e de social e de relacionamento, quase 50% do *disclosure* dos elementos teóricos estudados são declarativos, independente se percorridos com uma profundidade ampla ou limitada. O Capital Humano acompanha o gráfico de incidência de *disclosure*, com 52,66% dos *disclosures* sendo de aspecto declarativo, seguido por 24,7% de quantitativo não-monetário, 18,8% de nenhum, 3,4% de quantitativo monetário e não-monetário e 0,6% de quantitativo monetário.

Já o Capital Social e de Relacionamento é um pouco mais equilibrado, os *disclosures* declarativo e nenhum apresentam incidência parecida, o primeiro de 34,3% e o segundo 31,2% e, diferentemente do Capital Humano, é seguido pela quantitativa monetária e não monetária que apresenta incidência próxima do *disclosure* não monetário. Em relação ao alinhamento e apoio à estrutura de governança de uma organização e à abordagem de gerenciamento de risco e valores éticos, os principais *disclosures* foram declarativo (61,8%) e quantitativo não-monetário (28,7%). Apenas 4,6% dos elementos não foram mencionados e dos itens que a compõem o que mais se destaca é Valores éticos, com 50% de sua divulgação sendo quantitativa não-monetária e Estrutura de governança, que somente 2,8% das empresas não mencionaram.

Sobre a capacidade de compreender, desenvolver e implementar a estratégia de uma organização só houve discursos declarativos (63,9%) ou nenhum discurso (36,1%). O elemento que mais se destacou foi compreensão estratégica com 72,2% de representatividade, em contrapartida, o tópico implementação estratégica só foi declarado por 50% das empresas, sugerindo que a compreensão estratégica se tornou importante, mas que a sua implementação não é amplamente divulgada. Com relação a lealdades e motivações para melhorar processos, bens e serviços, incluindo sua capacidade de liderar, gerenciar e colaborar, a maior incidência de *disclosure* é declarativa (93,3%), seguida por nenhuma (3,3%), quantitativa não-monetária (1,7%) e quantitativa monetária e não-monetária (1,7%).

No que se refere a aspectos associados ao bem-estar do profissional, os tipos nenhuma e quantitativa monetária e não-monetária apresentam a mesma incidência, 18,5%. A temática com mais diversificação foi remuneração, embora tenha apresentado incidência de 50% em quantitativa monetária e não-monetária. Foi observado que 47,2% das empresas não realizaram nenhuma menção sobre participação nos resultados e apenas uma empresa não mencionou o

seguro saúde. Dentre as demais, 75% utilizaram sentenças declarativas, indicando não apenas uma preocupação com a saúde dos empregados, mas uma necessidade da divulgação sobre a remuneração e, principalmente, sobre a participação nos resultados.

Sobre segurança das empresas (medidas aplicadas ou implementadas), a maior incidência foi declarativa (44,4%) e quantitativa não-monetária (47,2%). Os tipos quantitativa monetária, quantitativa monetária e não-monetária e nenhuma apresentaram a mesma incidência (2,8%). A respeito da experiência média profissional, diferencial da força de trabalho e equidade entre funcionários (gênero, etnia, idade, religião), não há declarações quantitativas monetárias ou quantitativas monetárias e não-monetárias, a maior incidência foi a do *disclosure* quantitativo não-monetário (54%), seguido por nenhuma (29%) e declarativa (17,1%). Nessa divisão, o item religião não foi abordado por nenhuma empresa, diferentemente das outras seções, o único quesito que teve maior ocorrência declarativa foi o de Diversidade (75%).

Quanto ao treinamento e desenvolvimento, o tipo de discurso mais incidente é o declarativo (54,6%). Nesta seção, o item desenvolvimento profissional teve 100% de adesão por parte das empresas em seus relatórios (50% declarativa, 33,3% quantitativa não-monetária e 16,7% quantitativa monetária e não-monetária), mostrando ser um tópico recorrente e de alta relevância. Sobre compartilhamento de normas, valores e comportamentos em comum, menos de 40% das empresas mencionaram em seus relatórios sentenças relacionadas ao item.

Sobre os esforços para construir e manter uma relação de confiança com as principais partes relacionadas, as principais menções são declarativas (54,9%), seguidas por quantitativas não-monetárias (25%), quantitativas monetárias e não-monetárias (10,4%), nenhuma (6,3%) e quantitativas monetárias (3,5%). Outro importante aspecto é o tópico Partes interessadas, que foi mencionado por 100% das empresas (72,2% declarativa, 19,4% quantitativa monetária e não-monetária, 5,6% quantitativa não-monetária e 2,8% quantitativa monetária).

A seção licença social para operações foi a com menor taxa de adesão, pois 48,6% das empresas não fizeram nenhuma menção em seus relatórios. Exemplos são o item licença social, que teve 4 adeptos e o item efeito social, que foi mencionado por somente uma empresa. Entretanto, apenas uma empresa não divulgou sentença sobre seu Impacto social, item que apresentou majoritariamente sentenças quantitativas monetárias e não-monetárias (38,9%), seguido por declarativas (33,3%) e quantitativas não-monetárias (25%). Já o item Projeto social foi divulgado por 94,4% da amostra (77,8% quantitativa monetária e não-monetária, 5,6% quantitativa monetária, 5,6% quantitativa não-monetária e 5,6% declarativa).

É possível observar que a maioria realiza a publicação de sentenças declarativas, seguidas por quantitativas monetárias e quantitativas monetárias e não-monetárias, quando o fazem. Os setores que mais divulgaram itens foram o de Telecomunicações, Exploração de rodovias, Agricultura, Alimentos diversos e Transporte hidroviário. Enquanto os que menos divulgaram foram o de Medicamentos e outros produtos, Incorporações e Açúcar e álcool.

Em relação ao estudo de Tessmann (2012), duas empresas não publicaram sobre o item valores éticos, mostrando um aumento da importância do tema em questão. Em consonância com o estudo, as organizações dão atenção substancial aos itens seguro saúde e desenvolvimento profissional, o que contraria os índices de plano de carreira e modelos de trabalho que são pouco comunicados e/ou pouco detalhados.

Como o estudo sugere não existir correlação entre a incidência do *disclosure* e o ativo total, não se pode afirmar que pequenas empresas tendem a seguir o estilo proposto por grandes empresas, pois ambos os casos apresentam um padrão de divulgação parecido, diferente do apontado por Mapurung, Correia-Lima e Holanda (2014). Diante disso, em muitos aspectos o trabalho corrobora a tese de Reis e Morais (2021), os quais afirmam que há uma maior preocupação com a legitimidade pública do que com a qualidade da informação, o que é evidenciado pelo alto número de sentenças declarativas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados coletados, foi observado que a grande maioria das publicações são de cunho declarativo ou quantitativo não-monetário e que os setores com melhor adesão aos itens do Social são Telecomunicações e Exploração de rodovias. Foi observada também a necessidade de atenção ao Capital Social e de Relacionamento que teve menor adesão em comparação ao Capital Humano, além da evidenciação da priorização de itens como ações para melhoria, colaborar, desenvolvimento profissional e partes interessadas pelas entidades. Perante o exposto, o estudo sugere que o *social disclosure* referente ao ano de 2024 é declarativo, em sua maioria. Reflete também a necessidade de atenção aos capitais de maneira uniforme e a defasagem de indicadores quantitativos. A pesquisa contribui com a discussão voltada ao *social disclosure*, trazendo a reflexão sobre a necessidade de as empresas utilizarem dados e indicadores e para além do declarativo em seus relatórios.

## REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Marlene Luiza de; ALMEIDA, Francisco Alberto Severo de; PORTO, Marcelo Duarte. Environmental, social and governance (ESG): uma revisão sistemática. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 01-18, 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 70. ed. São Paulo: Casa de Ideias, 2016. Disponível em: <https://madmunifacs.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2025.

CALDERAN, Andre Mafra et al. **ESG: uma análise inicial sobre a natureza do conceito e a sua difusão**. [S. l.: s.n.], 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/download/14362/9488/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

FERREIRA, Beatriz da Silva. **Relato integrado e a sustentabilidade de companhias abertas brasileiras: uma análise das empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial da B3**. [S. l.: s.n.], 2023. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/26875?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/26875?locale=pt_BR). Acesso em: 19 abr. 2025.

GLOBAL REPORTING: GRI. [S. l.: s. n.], 2025. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

GONÇALVES, Rodrigo de Souza; MEDEIROS, Otávio Ribeiro de; NIYAMA, Jorge Katsumi; WEFFORT, Elionor Farah Jreige. Social disclosure e custo de capital próprio em companhias abertas no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 24, n. 62, p. 113–124, 2013.

HESS, Cida; BRANDÃO, Mônica. ESG: a dimensão social requer um olhar de alma!. **Revista RI**, Brasil, n. 279, mar. 2024. Disponível em: <https://www.revistari.com.br/279/2168>. Acesso em: 26 mar. 2025.

IFRS S1 general requirements for disclosure of sustainability-related financial information. [S. l.: s.n.], 2021. Disponível em: <https://www.ifrs.org/issued-standards/ifrs-sustainability-standards-navigator/ifrs-s1-general-requirements/>. Acesso em: 30 maio 2025.

IFRS S2 normas de divulgação de sustentabilidade - relacionadas ao clima. [S. l.: s.n.], 2023. Disponível em: <https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/publications/pdf-standards-issb/brazilian-portuguese/2023/issued/part-a/pt-issb-2023-a-ifrs-s2-climate-related-disclosures.pdf?bypass=on>. Acesso em: 30 maio 2025.

Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE B3 - composição da carteira. [S. l.: s.n.], 2025. Disponível em: [https://www.b3.com.br/pt\\_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise-b3-composicao-da-carteira.htm](https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise-b3-composicao-da-carteira.htm). Acesso em: 26 mar. 2025.

MAPURUNG, Patrícia Vasconcelos Rocha; CORREIA-LIMA, Bruno Chaves; HOLANDA, Allan Pinheiro. **Disclosure social e isomorfismo nas empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial**. [S. l.: s.n.], 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2734/273443119007.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2025.

NOSSA, Valcemiro. **Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional**. [S. l.: s.n.], 2002. Disponível em: <https://scispace.com/pdf/disclosure-ambiental-uma-analise-do-conteudo-dos-relatorios-4egfoe31d0.pdf>. Acesso em: 30 maio 2025.

PACTO GLOBAL: who cares wins. [S.l.: s.n.], 2025. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/esg/>. Acesso em 10 abr. 2025.

REFINETTI, Alexandre de Oliveira. **Corporate social disclosure: Uma análise dos níveis de qualidade e evolução dos relatórios GRI divulgados por empresas do setor financeiro brasileiro**. [S. l.: s.n.], 2021. Disponível em: <https://tede.fecap.br:8443/handle/123456789/1094>. Acesso em: 14 abr. 2025.

REIS, Luciano Gomes dos; MORAIS, Caroline Moya de. Relato Integrado: uma análise comparativa entre empresas brasileiras e europeias sob a ótica da Teoria Institucional. **REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 1–15, 2021.

SANTOS, Cassius Klay Silva; MIRANDA, Gilberto José. **Framework para avaliação do conteúdo informacional do Relato Integrado: uma proposta baseada na Técnica Delphi**. [S. l.: s.n.], 2021. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/21UspInternational/ArtigosDownload/3122.pdf>. Acesso em: 30 maio 2025.

SILVA, Sayonara Helena Moreira da. **O social do ESG na ótica dos investidores institucionais que operam no Brasil**. [S. l.: s.n.], 2023. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/b4f47b5c-9ac2-4baa-b26c-5f7b4d60c18f/content>. Acesso em: 17 abr. 2025.

TESSMANN, L. **Disclosure social um estudo comparativo entre empresas brasileiras e espanholas**. [S. l.: s.n.], 2012. Disponível em: <http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3537>. Acesso em: 14 abr. 2025.